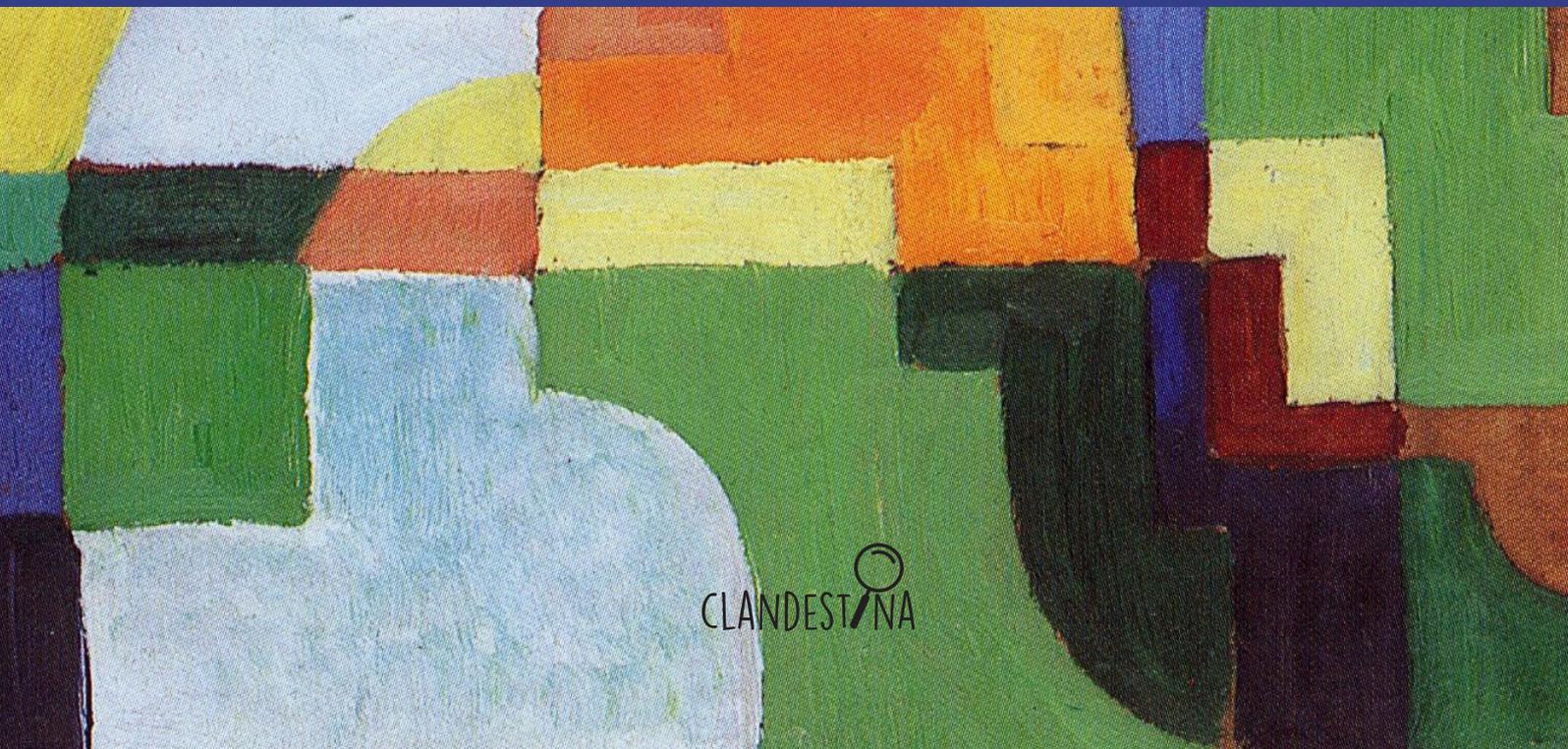




PSICOLOGIA EMPÍRICA

Prefácio e Prolegômenos

Christian Wolff



CLANDESTINA

Christian Wolff

Psicologia empírica

Prefácio e Prolegômenos

Tradução de Márcio Suzuki

Clandestina 2018

Editora Clandestina São Paulo, SP
e-mail: editora.clandestina@gmail.com
site: aclandestina.com.br

Corpo Editorial

Juliana Ferraci Martone

Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Márcio Suzuki

Oliver Tolle

Projeto gráfico: Editora Clandestina Ltda.

Capa: Juliana Ferraci Martone

Imagem de capa: August Macke, *Farbige Formen (I)*. Óleo sobre tela, 1913.

Wolff, Christian, 1679-1754

Psicologia Empírica. Prefácio e Prolegômenos. Tradução de Márcio Suzuki.

São Paulo: Editora Clandestina, 2018.

Prefácio¹

Damos a lume a primeira parte da psicologia, que costumamos chamar de empírica, porque transmite o que se aprende da alma por experiência mestra, descobrindo noções a partir daquilo que observamos em nós mesmos. Essa disciplina promete as maiores utilidades. Nelas se explica cada uma das faculdades da alma humana que utilizamos para conhecer as coisas, para executá-las e para determinação das ações livres. A lógica ensina o uso da faculdade de conhecer, principalmente a superior, à qual chamamos intelecto, obtida no conhecimento certo das coisas. Por isso, se alguém quiser perceber mais intimamente o que é transmitido na lógica, a doutrina da faculdade de conhecer lhe trará um facho de luz, principalmente a [doutrina] de sua parte superior. Não trabalha em vão quem submete toda a teoria da lógica a uma discussão acurada, tendo conhecido e penetrado profundamente o que ensinamos sobre a faculdade de conhecer, tanto inferior, quanto superior, na primeira parte da psicologia empírica: ele notará uma luz inesperada, pela qual se entendem mais plena e intimamente os preceitos dela emanados, aos quais se reconhecerá uso muito mais amplo do que antes se acreditava, onde até agora a mente via a si mesma como que por uma névoa. A arte de inventar também expande o uso da faculdade de conhecer e, sem dúvida, aquele principal. Por isso, não se pode progredir por essa via, a menos que a psicologia faça as vezes de fio de Ariadne para a teoria das faculdades. É fato que nela também se transmite o modo de investigar a verdade até agora desconhecida, pelo uso correto, quer da faculdade inferior, quer da faculdade superior, quer ainda pelo conúbio corretamente celebrado entre ambas.

¹ A tradução utiliza a edição da *Psychologia empirica* que Jean Ecole preparou para as *Gesammelte Werke* de Christian Wolff. Hildesheim: Olms, 1968, II, 5.

Pois quem deve ver de olhos abertos, quem não deve ser mais cego que toupeira na arte de inventar, deve ter examinado profundamente as duas partes da faculdade de conhecer. A lógica das probabilidades ensina um uso singular das faculdades da alma, e que é de grande utilidade. Por isso, quando essa parte da filosofia é cultivada com muita utilidade, de não menor será o seu estudo na forma da arte da redação; outros, ainda, que se dediquem a entender corretamente e a aplicar os seus preceitos, só empregam os que são evidentes, fornecidos em abundância pela psicologia empírica, quando não admitam que sua agudeza deixe a desejar no discernimento e reconhecimento das coisas singulares. A filosofia moral mostra a reta direção das ações livres. Por isso, ainda não entrou nessa parte nobilíssima da filosofia quem ainda não conhece pela feição tudo o que diz respeito à faculdade da alma humana. Não é outra, certamente, a causa porque os filósofos não colocaram na forma da arte toda a prática das virtudes e dos costumes, e também porque conheceram tão pouco de que modo são submetidos a nosso arbítrio pelas leis que as faculdades da alma seguem, e pelo uso das quais as ações livres são dirigidas àquilo a que devem tender, e como ainda as determinações e diretrizes das ações humanas singulares são explicadas por algumas leis constantes e deduzidas *a priori* da natureza da alma, de modo não menos inteligível do que hoje se costuma explicar na física as ações dos corpos e as mudanças no universo que dependem delas. Obteremos uma crença conspícua quando, conduzidos pela metafísica absoluta e pelo direito natural ao ponto central, tratarmos da ética segundo nosso método. Então, correndo rapidamente os olhos por ela ficará patente quanto uso há da psicologia empírica na prática dos costumes. Isso já começará a aparecer mesmo na filosofia prática universal, na qual transmitiremos a teoria geral daquela prática. A psicologia empírica tem ainda uso insigne, embora não notado até aqui, na investigação e evolução da noção mesma de direito natural e de obrigação natural: o que de novo começará a aparecer a partir da filosofia prática universal. No direito natural, a parte dos deveres para consigo mesmo, que inclui, por certo, os deveres

para com a alma, não foi até agora constituída corretamente pelo conhecimento a fundo das faculdades da alma; o que ficará bastante patente pelo locupletíssimo corpo do direito natural que publicaremos. Mas a psicologia empírica presta uso inesperado principalmente na parte semiótica da filosofia moral, que se costuma chamar de arte de conjecturar os costumes dos homens; o que será muito bem estabelecido quando extrairmos os fundamentos dessa arte na filosofia prática universal e tratarmos, na filosofia moral, dos sinais da virtude e do vício que levam à predição do estado interior da mente. A política trata da gestão das coisas. Nós deduzimos a doutrina civil do direito natural e da filosofia moral enquanto princípios mais próximos. Por isso, quanto uso há de psicologia no direito natural e na filosofia moral se mostra sobejamente pela mediação de preceitos do direito natural e da ética. Na verdade, não é necessário que apelemos a esse uso mediato, pois ela tem uso imediato bastante claro na filosofia civil, não só onde se trata de cuidar dos princípios acerca da alma dos súditos, mas ainda nos seus demais capítulos; o que ficará notório quando expusermos publicamente a política. Resta o uso inteiramente inigualável que podia por si só recomendar a psicologia empírica, mostrando, além disso, sua necessidade indispensável, aquela, por certo, que se vê na teologia natural. Quando, pois, a trouxermos à luz da publicidade, ficará notório que não se pode todavia chegar a noções distintas dos atributos divinos a não ser pela pressuposição de noções distintas das faculdades da mente. Mas quanto falta para possuírmos noções distintas delas, ficará estabelecido de maneira límpida quando tratarmos dos deveres para com Deus no direito natural, da piedade e das demais virtudes teológicas na filosofia moral, do conhecimento de Deus pelas obras da natureza e do método a ser observado nesse conhecimento na própria teologia natural. Aquilo que dissemos do uso da psicologia empírica não deve ser inserido no número daquelas coisas que se devem almejar, mas com as quais se deve contar: não tratamos dela senão quando experimentadas. E, além disso, é de bom alvitre separar a psicologia empírica da racional, para que os fundamentos inabaláveis permaneçam

erguidos. Com efeito, uma vez que na psicologia racional explicamos a natureza e essência da mente humana e, portanto, daquilo que nela se observa, extraímos a razão *a priori* por um arrojo novo e invejável; mas é preciso que peregrine e viaje pela história literária quem ignore reinar no orbe erudito o costume segundo o qual não se deve admitir o que foi recentemente descoberto, a menos que tenha sido combatido por algum tempo, submetido à hostilidade e tenha estado próximo da extirpação: não julgamos prudente arruinar os fundamentos das doutrinas mais úteis ao gênero humano apenas com o fim de iludir. Por isso, se alguém tem engenho mais embotado para compreender a psicologia racional, colocada esta à parte e abandonada, se mesmo assim quiser progredir com constância para a filosofia prática, ele se persuadirá de que progredirá pelo amplo campo dela por uma vereda não menos desimpedida do que aquele a que for dado conhecer *a priori* a sua alma. Mas conquanto na psicologia empírica não transmitamos senão o que consta por crença certa da experiência, e que cada qual pode experimentar em si mesmo, sob a condição de que eleve suas faculdades àquele grau em que serão aptas aos exercícios aqui requeridos, não obstante, seguindo as leis de nosso método, distribuímos toda a nossa doutrina em ordem, a fim de deduzir umas coisas das outras e demonstrar as seguintes pelas antecedentes. Julgamos ser isso principalmente necessário para que fique evidente que cada uma das proposições seja corretamente determinada e as definições sejam suficientes para o que delas deve ser demonstrado e, consequentemente, para que proposições e definições sejam princípios úteis ao raciocínio e aplicáveis com fruto em outras disciplinas. Na realidade, para que se possa deduzir uma coisa da outra, explicamos cada uma das faculdades segundo aquela ordem em que elas mesmas se mostram nas modificações da alma. E por esse nome não contemplamos apenas a faculdade de conhecer antes de avançar à consideração da faculdade de desejar, mas distinguimos ainda acuradamente a parte inferior da parte superior de ambas, e na explicação de ambas avançamos da inferior à superior, pela mesma via em que se avança continuamente no exercício das facul-

dades, daquela a esta. Silencio sobre o resto, que será mais corretamente conhecido pela própria leitura. Quanto ao mais, aqueles que queiram tornar partícipes dos frutos em tudo isso que antecipei, devem ser assíduos na psicologia empírica, até que desfrutem, nas noções conhecidas que experimentam, da luz pleníssima que ofertamos cordialmente ao leitor receptivo em sua sede de aprendizado.

Marburgo dos Catos, 19 de abril de 1732.

Prolegômenos à psicologia empírica

Definição da psicologia empírica

§ 1. *Psicologia empírica* é a ciência que estabelece princípios por experiência, pelos quais se dá a razão daquilo que ocorre na alma humana.

Já demos a definição da psicologia empírica no *Discurso preliminar* que antecede a *Lógica* (§ 111). Ali advertimos também (nota ao § 112) porque a distinguimos da psicologia racional. Os princípios da psicologia, estabelecidos *a posteriori*, são da maior utilidade para a filosofia prática universal, ou ainda também para toda teologia, tanto natural, quanto revelada. Por isso, como na psicologia racional são tratadas questões suscetíveis de disputa, que empregam princípios que ainda não são óbvios, convinha separar delas aquilo que deve estar posto como fundamento das verdades difíceis. Mas nada mais diremos de coisas que podem ser lidas noutra lugar.

De que modo a doutrina da psicologia empírica se faz conhecida

§ 2. Uma vez que na psicologia empírica se estabelece por experiência aquilo que versa sobre a alma humana (§ 1), nós conhecemos o que experimentamos estando atentos a nossas percepções (§ 664 da *Lóg.*); *as coisas que dizem respeito à psicologia empírica se fazem conhecer pela atenção àqueles fatos de que nos tornamos conscientes em nossa alma.*

Esta proposição têm um duplo emprego. Com efeito, daqui se segue em primeiro lugar o modo pelo qual se chega ao conhecimento daquilo que é ensinado na psicologia empírica: o que é útil para os que querem descobrir. Mas, em segundo lugar, daí se entende o modo como podem ser convenientemente entendidos e trazidos a exame os ensinamentos apresentados na psicologia empírica; o que é de proveito para aqueles que se aplicam em

comparar o conhecimento certo das coisas psicológicas. Sem dúvida, aquele que quer descobrir noções psicológicas deve agir de modo que a alma possa extrair de si grande número de operações; pois assim haverá ocasião para que muito seja experimentado. Pois daquelas coisas que ocorrem na alma colhemos aquelas que podem ocorrer e aquelas que convertemos em noções determinadas. De fato, aquele que queira ter noções correspondentes às palavras e estar certo das verdades delas, deve se esforçar para experimentar em si o que se ensina na psicologia, ou transformá-lo em coisas tais que as experimente. Mas do tratamento mesmo resultará relativamente a que podemos de algum modo auxiliar esse estudo.

A habilidade requerida para a descoberta de noções psicológicas

§ 3. Uma vez que o que se transmite na psicologia são coisas que se tornam conhecidas por experiência mestra² (§ 1), sendo elas, na verdade, singulares (*Lóg.*, § 665), como aquilo que é ensinado na filosofia, de que a psicologia empírica é parte (§ III, *Disc. preliminar.*), deve ser explicado por definições acuradas (§ 116 do *Disc. preliminar.*) e colocado em proposições determinadas (§ 121 do *Disc. preliminar.*), *aquele que há de descobrir os preceitos³ da psicologia empírica deve sobressair pela habilidade de colocar aquilo que experimentamos em definições acuradas e em proposições determinadas: habilidade esta que consta ser possível* (*Lóg.*, § 708).

Não pensamos que isso provenha de uma única causa. Com efeito, a tal se chega não quem se estime à altura desse labor, o qual, no entanto, lhe é bastante superior, lançando-se à obra somente com pouco sucesso. Daí entendermos porque a psicologia foi até agora quase abandonada ou pouco cultivada. Nas *Horas ociosas de Marburgo* de 1729, trimestre de prima-

² No original, “experientia magistra”. (NT)

³ No original, “dogmata”. (NT)

vera, n. 4, § 2 e segs.⁴, apresentamos, enfim, muitos meios de aplicar noções ontológicas à descoberta de noções psicológicas, e mostramos quais são as diretrizes no descobrimento de noções universais.

Uso da psicologia empírica na psicologia racional

§ 4. *A psicologia empírica fornece princípios à psicologia racional.* De fato, na psicologia racional se deve dar a razão daquilo que ocorre na nossa alma (*Disc. prelim.*, § 58, 31). Efetivamente, na psicologia empírica devem ser estabelecidos os princípios de onde se dá a razão daquilo que ocorre na alma (§ 1). Logo, a psicologia empírica fornece os princípios da psicologia racional.

Aliás, já advertimos (*Disc. prelim.*, nota ao § 111) que a psicologia empírica corresponde à física experimental. Pois está estabelecido que a física experimental também fornece princípios à física dogmática. Assim como aquele que se ocupa cuidadosa e dedicadamente do conhecimento verdadeiro das coisas naturais deve se entregar infatigavelmente à física experimental, assim também é necessário que aquele que deseja o conhecimento certo da alma seja alguém assíduo à psicologia empírica. Mas é manifesto que se pode paulatinamente conhecer com certeza mais coisas da alma humana do que vulgarmente se estima, caso a psicologia empírica seja cultivada como se deve.

Outro uso

§ 5. *A psicologia empírica serve ao exame e comprovação daquilo que se descobre de maneira a priori a respeito da alma humana.* Pois, uma vez que na psicologia empírica se ensina aquilo que é conhecido pela atenção aos fatos que ocorrem com nossa consciência na nossa alma (§ 2), aquilo que for descoberto de modo *a priori* acerca da alma humana será cotejado com o que

⁴ As *Horae subsecivae Marburgenses quibus philosophia ad publicam privatamque utilitatem aptatur* (*Horas ociosas de Marburgo em que se torna a filosofia apta para a utilidade pública e privada*) foram escritas de 1729 a 1732 por Wolff durante seu exílio em Marburg. (NT)

é estabelecido por experiência na psicologia empírica. Mas se um é igual ou concorda com o outro, não se pode duvidar que sejam consentâneos com a verdade; se, porém, um é incompatível com o outro, é notório que repugnam à verdade (*Lóg.*, § 567). Mas se na psicologia empírica ainda não se encontrou o que foi obtido de modo *a priori* da alma, graças àquilo que é ensinado na psicologia empírica a atenção dirigida à nossa mente e voltada para aquilo que deve corresponder a ele mostrará se lhe convém ou não. E se algo ocorra que não possa ser trazido à observação, é lícito constatar, ou se é igual àquilo que segue do princípio estabelecido na psicologia empírica, ou se daquilo que é descoberto *a priori* se segue algo estabelecido na psicologia empírica. Fica patente, assim, que a psicologia empírica serve ao exame e comprovação daquilo que se descobre *a priori* da alma humana.

Ademais, nisso a psicologia empírica convém de novo com física experimental: de fato, também nos valem de experimentos como verificações dos preceitos físicos, quer a partir de outros experimentos, quer a partir daquilo que foi deduzido ou até descoberto de outros experimentos. A psicologia racional transmite o que se conhece *a priori* da alma (*Disc. prelim.*, § 58). Por isso é evidente que a psicologia racional incrementa a empírica, ainda que dela empreste princípios; pois ela devolve com lucro o que fora tomado de empréstimo a esta. Certamente, não parece impossível derivar *a posteriori* princípios de observações, sem o auxílio da psicologia racional; mas é por isso mesmo que mostramos que isso não pode ser feito facilmente. Falta atenção a observações, sem a qual não se adverte o que ocorre na alma. Verdades deduzidas de modo *a priori* nos fazem lembrar do que deve ser observado e que, de outra maneira, escapa ao nosso conhecimento. Elas dão a saber o modo sem o qual não podemos ser conscientes das coisas que ocorrem em nós. Dizemos experienciadas as coisas que devem igualmente ser experimentadas por aqueles cujo trabalho é torná-las conhecidas em noções psicológicas. Nesse ponto, o psicólogo imita o astrônomo, que descobre a teoria de observações, e comprova de novo, por observações, a teoria que descobre, e graças à teoria

é levado a observações que de outro modo se apresentaram pouquíssimo à sua cogitação. E por isso na psicologia racional estão entremeadas por demonstrações que deviam se referir à psicologia empírica. Ademais, onde a psicologia empírica está fundada, onde a psicologia racional já é cultivada, há possibilidade de se enriquecer com muitos princípios, que de outro modo teriam dificilmente lugar nelas. Age, pois, muito bem aquele que constantemente vincula o estudo da psicologia racional à psicologia empírica, conquanto tenhamos julgado sensato separar uma da outra.

Uso da psicologia empírica no direito natural

§ 6. *A psicologia empírica transmite princípios ao direito natural.* No direito natural se demonstram quais ações são más, quais são boas (*Disc. preliminar*, § 68). Mas está estabelecido a partir do que está dito sobre o direito natural e das gentes nas *Horas ociosas* do ano de 1729, trimestre de inverno, n. 2, § 6. 15, e também a seu tempo será mais evidentemente demonstrado na filosofia prática universal, e ficará manifesto pelo próprio sistema do direito natural, que a razão das ações, porque elas são boas ou más, é tirada da natureza humana e, conseqüentemente, também daquilo que se encontra na mente humana. Já que na psicologia empírica está contido o que ocorre em nossa alma, e do que somos cômnicos (§ 2), disso também ficam patentes quais são as razões para a escolha das ações intrinsecamente boas ou das más. Logo, a psicologia empírica transmite princípios ao direito natural (*Ontol.*, § 866).

Ela consegue isso principalmente nos deveres do homem para com sua alma.

O seu uso na teologia natural

§ 7. *A psicologia empírica serve à teologia natural e lhe transmite os seus princípios.* Pois na teologia natural tratamos de Deus e de seus atributos (*Disc. preliminar*, § 57). Ora, expomos na teologia natural como chegamos às noções dos atributos divinos, enquanto noções daquilo que se encontra

na mente humana, quando as liberamos das imperfeições ou limitações. Assim, já que na psicologia empírica se transmitem noções distintas daquilo que a mente pode ter consciência em si (§ 2), ela auxilia o cultor da teologia natural na formação de noções acerca dos atributos divinos, e está a serviço da teologia natural.

Com efeito, porque na psicologia empírica, como dissemos, se transmitem noções distintas daquilo que está na mente humana, delas se podem abstrair princípios gerais sobre todo ente que tenha alguma similitude com a alma, isto é, o espírito em geral, o quanto seja suficiente para constituir algum gênero (*Log.*, § 70). Porque, como na teologia natural se demonstrará de que modo Deus é espírito, a ele também se podem aplicar esses princípios (*Log.*, § 346). Assim, a psicologia empírica transmite princípios da teologia natural.

Daí se entende que a teologia natural deverá trabalhar entre muitos defeitos, se a psicologia empírica não for dignamente cultivada. Quanto mais profundamente nela fores versado, uma luz mais abundante nela experimentarás. Pois as noções dos atributos divinos se tornam distintas, determinadas e, assim, úteis ao raciocínio: o que tem múltiplo uso não só em toda filosofia prática e teologia natural experimental, mas também na própria teologia revelada.

Uso na filosofia prática

§ 8. *A psicologia empírica transmite princípios à filosofia prática.* Já demos a demonstração (*Disc. praelim.*, § 92), quando mostramos que a filosofia prática deve obter princípios da metafísica, se nela tudo deve ser demonstrado; ver a passagem citada.

A razão, certamente, por que se negligencia a psicologia empírica não é outra senão a de se ter completamente desertado, sobretudo na ética, da prática das virtudes que devem ser cultivadas e dos vícios que devem ser evitados. Pois o que quer que deles se possa dizer, eles redundam na determinação do desejo: mas todas as percepções em geral influem na

determinação do desejo. Por isso, os princípios da determinação do desejo estabelecidos na psicologia são transferidos aos casos especiais na ética. A filosofia dos costumes ganha uma cara totalmente outra, onde é iluminada pela luz da psicologia, quando precisamente se pode fazer um juízo certo de até que ponto se está em poder das virtudes e quais delas estamos distantes de cultivar. Mais ainda, aquilo que obtemos da filosofia moral pode e deve também ser aplicado à teologia moral. Os livros que se escrevem sobre esta não estarão livres de esterilidade a não ser onde os peritos em psicologia se animem a redigi-la em sistema: aquilo que não poucas vezes me lembro de advertir. Entenderemos tais coisas mais claramente quando apresentarmos o sistema da filosofia moral deduzido *a priori* dos princípios da psicologia.

Uso na lógica

§ 9. *A psicologia empírica transmite princípios à lógica.* Demos novamente a demonstração, quando mostramos quais são os princípios da lógica (*Disc. preliminar*, § 89); ver a passagem citada.

Certamente, se queres dar a razão *a priori* das regras lógicas, deves recorrer àquilo que é ensinado sobre a faculdade de conhecer na psicologia. Por isso, ainda, ao apresentarmos a lógica pelo método demonstrativo, tratamos das três operações da mente, da diferença formal das noções e do uso dos termos, coisas que têm sua sede própria na psicologia empírica, e nela encontrarás por toda parte princípios tomados de empréstimo à psicologia empírica. Pois encontrarás a luz da lógica tanto mais abundantemente difundida, quanto mais profundamente inspecionares a mente humana na psicologia. Da utilidade da psicologia empírica haveria ainda muitas outras coisas a tratar, mas estas bastam para que sejam persuadidos ao seu cultivo aqueles que se preocupam acurada e sinceramente com o conhecimento certo de Deus e de si. E para tal fim cabia repetir algumas coisas que puderam ser pressupostas a partir do *Discurso preliminar*.

§ 10. *O estudo da psicologia empírica infunde muito prazer ao animo ávido de ciência, prazer que este não teria sem ela.* A psicologia empírica, com efeito, transmite aquilo de que somos conscientes em nossa alma (§ 2). Como o ânimo ávido de ciência percebe o prazer do conhecimento adquirido, ele deve perceber o prazer principalmente de seu conhecimento certo e, consequentemente, como o conhecimento da alma é certo quando se adquiriu a psicologia empírica (*Lóg.*, § 567), deve perceber o prazer que advém do estudo psicológico.

Uma vez que na psicologia empírica conhecemos princípios pelos quais se dá a razão daquilo que ocorre na alma humana (§ 1), mas uma vez que a razão daquilo que está ou pode estar no ente é buscada na essência deste (*Ontol.*, § 168), nesta conhecemos tanto aquelas coisas que estão no número de seus atributos essenciais, quanto aquelas que têm sua razão nestes. Mas, então, aquele que conhece o que está na mente humana pode julgar muito mais retamente da perfeição da mente do que outro que o ignora: o que é por si manifesto. Como será mostrado depois, pelo senso da perfeição se percebe que o prazer é tanto maior, quanto mais profundamente explores a perfeição; pelo estudo psicológico, o ânimo do homem se torna capaz de um prazer de que seria bastante privado sem ele.

Nas *Horas ociosas* do ano de 1729, trimestre de verão, n. 1, trimestre de outono, n. 1, trimestre de primavera, n. 1, e do trimestre de inverno do ano de 1730, se mostra que o límpido prazer que convém maximamente ao homem é aquele que se percebe da virtude, tanto natural, quanto revelada, tanto natural, quanto cristã. Pois esse prazer que percebemos como mais pleno e mais certo é obtido pelo estudo da psicologia. Demonstraremos a seu tempo na filosofia prática universal de que modo a verdadeira felicidade que cabe ao homem nesta terra consiste na percepção deste prazer; daí se conhecerá o quanto o conhecimento sólido da psicologia empírica é importante. Além disso, do próprio tratado ficará claro não ser impossível

conseguirmos um conhecimento certo e fecundo da alma humana. Será manifesto o engano do preconceito comum, de que a imortalidade da alma é um obstáculo a que conheçamos algo de positivo sobre ela.

Fundamento e definição da psicologia empírica.

§ 111. Na psicologia empírica se deve dar a razão daquelas coisas que são possíveis pelas almas humanas (§ 58, 31). Visto que da psicologia se requerem princípios de demonstração tanto para a lógica (§ 89) e para a arte de inventar (§ 74) como também para a filosofia prática (§ 92), a certeza nessas disciplinas, como direcionamentos das ações do homem, deve ser de nosso maior cuidado e zelo, e como a razão especial se aduz à geral (§ 33), assim na psicologia também é sensato que princípios tão importantes sejam constituídos por experiência (§ 34), e, da mesma maneira que na física experimental (§ 110), sejam distribuídos de modo que a razão dos seguintes se torne clara pelos antecedentes. Pois esta é a razão porque fizemos da *psicologia empírica* uma parte da filosofia, na qual se estabelecem por experiência princípios dos quais se possa dar a razão daquilo que pode ser feito pela alma humana. Defino, pois, a *psicologia empírica* como a ciência que deve estabelecer princípios por experiência, dos quais se dá a razão daquilo que se faz na alma humana.

É patente, ademais, que a psicologia empírica corresponde à física experimental e pertence, pois, à filosofia experimental. É patente, além disso, que a psicologia experimental, assim como a física experimental tratada a nosso modo (§ 110) não é parte da história: com efeito, não só se passa em revista o que se observou sobre a alma, mas também daí se formam noções sobre as faculdades e habilidades e se estabelecem outros princípios, assim como ainda se dá a razão de não poucas coisas: de qualquer modo, aquilo que diz respeito

ao conhecimento filosófico não pode se referir de modo algum somente ao conhecimento histórico.

O que é conhecido pela mesma evidência que conhecemos a nossa existência

§ 16. *Se algo é inferido por silogismos de que as premissas são indemonstráveis ou construídas sobre juízos intuitivos a partir de experiências claras, ele será conhecido pela mesma evidência que conhecemos que existimos.*

Pois o conhecimento de nossa existência emprega o seguinte silogismo (§ 14):

Todo ente que é consciente, em ato, de si mesmo e de outras coisas fora de si, existe.

Mas nós somos conscientes, em ato, de nós e de outras coisas fora de nós.

Logo, nós existimos.

Nesse silogismo, a proposição maior é o princípio de razão no qual a noção confusa do sujeito e a do predicado estão de tal modo juntas num nexó inseparável, que, produzida a noção do sujeito, nele também comparece a noção do predicado, sendo, ademais, uma proposição indemonstrável (*Lóg.*, § 263). Como, além disso, é uma [proposição] teórica (*Log.*, § 166), ela faz parte dos axiomas (*Lóg.*, p. 267). Na [proposição] menor do silogismo, atribuímos a nós o predicado que vemos compreendido na noção de nós mesmos, e a proposição menor é um juízo intuitivo (*Lóg.*, § 51). Ora, ele se vale de uma experiência (§ 11) tão clara, que é confirmado quando se duvida (§ 12). Logo, conhece-se pela mesma evidência que conhecemos que existimos, se algo é inferido por silogismos cujas premissas são proposições indemonstráveis, ou juízos intuitivos construídos sobre experiências claras.